

Linha dura foi atenuada

PARIS — Com o acordo assinado junto ao Clube de Paris, o Brasil talvez esteja saindo de uma posição incômoda, após ter declarado uma moratória por incapacidade de assumir o peso de sua dívida externa. Isso contribuiu para que as relações que mantinha com seus credores públicos e privados se tornassem, nos últimos meses, "execráveis", comentava-se ontem em áreas financeiras francesas. Mas, nas últimas semanas, as coisas estão mudando rapidamente, após os acordos com os bancos privados, com o FMI e, agora, com o Clube de Paris. Essa é também a linha dos comentários publicados pela imprensa especializada parisiense, após o fim da verdadeira maratona no Hotel Majestic.

Para os comentaristas, o essencial, se essa nova orientação se confirmar, é que o país devedor não mais está sendo submetido por seus credores a uma disciplina econômica e financeira esmagadora. Os países devedores eram obrigados a efetuar cortes importantes em suas exportações, o que contribuiu para a existência de um ciclo desastroso, o do baixo crescimento e investimento quase zero. Para alguns editorialistas europeus, "a disciplina imposta ao Brasil foi durante anos mais seve-

ra do que a que foi submetida a Alemanha vencida em 1920".

Agora, o acordo assinado traz uma nova orientação que poderá beneficiar outros países do terceiro mundo. Esse processo começou quando do anúncio do "Plano Baker", em 1983, mas que os credores não levaram muito em conta na época. Ele dizia que os novos créditos concedidos aos devedores eram inferiores às transferências efetuadas por esses países para o pagamento de juros junto aos industrializados, razão pela qual havia chegado o momento de "reabrir as torneiras". Agora é preciso que as nações ricas ajudem os países endividados a reencontrar o caminho do crescimento: como dizia o editorial de ontem do vespertino *Le Monde*, "ninguém pode reembolsar empobrecendo". Esse mesmo jornal destaca o fato do reescalonamento da dívida brasileira junto ao Clube de Paris ter sido feito também sobre os juros e não apenas sobre o principal. A última etapa da normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional será alcançada com a volta do País ao mercado internacional de capitais, o que deverá ocorrer no próximo ano.